O “Imperialismo...” de Lenin, uma teoria das RI?

Luis Antônio de Araújo Costa[1]

Ao findar o século XIX era ampla a constatação de que as transformações em curso levavam o modo de produção capitalista, em sua dinâmica internacional, a um estágio diferenciado do anterior, que passou a ser denominado de Imperialismo.

Diversos autores tais como Hobson, Hilferding, Kautsky, Plekhanov, entre outros proeminentes pensadores críticos da época, debruçaram-se sobre esse conjunto de transformações que possuíam entre suas características: a expansão dos impérios europeus via a conquista militar de territórios além-mar, o crescimento das trocas internacionais; a acelerada expansão da industrialização nos países centrais; a constituição de grandes monopólios; a exportação de capital para as antigas e novas colônias; a necessidade estratégica do controle sobre espaços econômicos necessários para a venda de seus produtos industrializados, assim como o predomínio do capital financeiro sobre o conjunto da economia, fruto da fusão entre o capital industrial e o bancário.

Estes traços eram em grande medida perceptíveis aos olhos dos/das autores/autoras, independentemente das decorrências políticas e estratégicas diferenciadas defendidas por cada um/a [2]. Dentre as diversas obras que trataram esta fase histórica do modo de produção capitalista como Imperialista aquela que assumiu maior relevância histórica foi a escrita por Lenin, em 1916, denominada “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”.

Lenin desenvolveu as conexões deste fenômeno com a crise da segunda Associação Internacional dos Trabalhadores e com aquela que passou a ser conhecida como primeira guerra mundial. Nesta obra, ele identifica cinco traços fundamentais para o imperialismo, sem, contudo, esquecer “[…] o caráter

---

[1] Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

[2] Chama a atenção que entre os/as autores/as marxistas revolucionários/as, a noção de totalidade está presente, permitindo a articulação das análises propriamente econômicas, com o desenvolvimento da política internacional, como pode ser verificado principalmente nas obras de Rosa Luxemburgo, Trotsky e Lenin.

condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento", são estes:

> 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse 'capital financeiro', da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 1986a, p.641-642).

Devido a influência abrangente desta obra nos anos seguintes a Revolução de Outubro na Rússia, tornou-se recorrente entre aqueles que se organizaram ou foram influenciados pelos partidos comunistas em seus diversos matizes, a visão de que as teses expressas no "Imperialismo..." de Lenin eram definitivas.

Muito possivelmente esta crença se originou do inegável papel político e histórico, de que a referida obra cumpriu no desenvolvimento final da estratégia bolchevique da tomada do poder e para a diferenciação de campos no interior da Segunda Internacional. Consequentemente, o "Imperialismo..." reveste-se de uma importância fundamental histórica, teórica e politicamente, para as reflexões que pretendam realizar o enlace teórico entre o tema das Relações Internacionais e a tradição marxista de pensamento.

Suposto marco inicial e, durante muitos anos entre os marxistas de corte stalinista, obra canonizada como a síntese da relação entre esta tradição e a recém-nascida disciplina das RI, esta obra encerraria tudo o que se poderia pensar e dizer tanto de um ponto de vista especificamente marxista quanto genericamente socialista acerca deste tema. Essa crença marcou profundamente a relação entre a tradição marxista de pensamento e o conjunto das teorias e obras que problematizam as RI com o caráter de disciplina científica.

Entretanto, deve ser ressaltado mais uma vez, que existiam outras formulações dos revolucionários da Segunda Internacional, sobre a política

internacional[3] como elemento orgânico de suas estratégias de tomada do poder. Estas não começaram com o “Imperialismo...” e muito menos com o estouro da primeira guerra mundial. De fato, a possível guerra, como consequência das rivalidades perceptíveis há décadas, mobilizou a centralidade das reflexões que se tornaram centrais no debate da época. Porém, muito havia sido escrito sobe outros aspectos da política internacional, tais como, o combate aos acordos diplomáticos secretos, o tema das nacionalidades e as críticas à repressão social das monarquias.

Contudo, independentemente da origem teórica e da orientação estratégica, tornou-se generalizada, no campo da tradição marxista de pensamento, a crença na “resolução teórica" da questão internacional. Após a obra de Lenin, conferindo-lhe um estatuto de resposta científica de modelo teórico que os socialistas poderiam antepor, frente às formulações posteriores sobre as RI.

Esta interpretação estava de acordo com o método político imposto pelo cenário de ascensão da hegemonia stalinista e consolidado após os processos de Moscou. Era metodológica e politicamente adequada a uma visão cientificista e anti-dialética do marxismo, dado que se fazia interessante a cristalização do debate sobre a política internacional, já que esse era um dos temas centrais da disputa política travada no interior da Rússia Soviética.

A transformação do conjunto da obra de Lenin em um corpo sistêmico e inquestionável – e no caso do “Imperialismo...”, em uma teoria das RI – não pode ser compreendida em separado do cenário político da Rússia revolucionária. Fazia parte, no campo das ideias, da linha de afirmação e legitimação de Stalin como seu sucessor, estando associada ao culto a sua personalidade, à burocratização dos espaços políticos – soviets, partido e sindicatos – e a repressão sangrenta aos adversários. A inviabilização do livre debate teórico foi uma necessidade política, inclusive, pelo fato de que Stalin era o menos produtivo teoricamente entre os membros do comitê central revolucionário. Ao mesmo tempo em que retirava a legitimidade do debate sobre a necessidade da internacionalização da revolução, marca do pensamento defendido por Trotsky.

---

[3] Rosa Luxemburgo, Trotsky e Bukharin.

Sendo assim, podemos concluir que se mantém viva na obra de Lenin, entre vários revolucionários do início do século XX, a perspectiva totalizante de Marx sobre a indissociabilidade dialética entre a política internacional e a política no espaço nacional. A compreensão, generalizada entre os bolcheviques, de que a Revolução Russa podia ser compreendida como último momento do ciclo internacional das revoluções democráticas e primeira experiência do novo ciclo revolucionário anticapitalista, ilustra como a noção de totalidade histórica em movimento, tal como trabalhamos aqui, é fundamental para os processos de construção teórica das RI segundo um ponto de vista marxista.

Tragicamente, a indissociabilidade da política internacional e as dinâmicas nacionais específicas, também estiveram presentes nos conflitos internos da experiência revolucionária russa, dado que uma das suas pautas mais sensíveis eram as estratégias para a expansão ou contenção da revolução socialista na Europa. Este foi um elemento constituinte de suas políticas, não sendo adequado imaginá-las como alheias às divergências entre os seus diversos grupos políticos. A história das revoluções socialistas do século XX ilustra o oposto, ou seja, exatamente a sua centralidade dado o desafio sistêmico que representaram.

A melhor forma de compreender o "Imperialismo..." não é como uma teoria geral das Relações Internacionais, ou como uma teoria geral da guerra, pois, não são objetivos aos quais o autor se propôs, mas sim, apresentar "[…] *um quadro de conjunto* da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, nos princípios do século XX, em vésperas da primeira guerra imperialista mundial" (LENIN, 1986, p. 581. Grifo do autor). Ou seja, como uma ampla leitura de política internacional a partir das contradições entre os interesses econômicos expansivos das principais potências da época que foram a base objetiva da guerra mundial de 1914-1918.

Uma leitura não canônica da obra de Lenin retira sua condição de texto sagrado e definitivo para os marxistas na disciplina de RI, recolocando-o em seu contexto histórico e político, necessariamente datado e orientado para uma problemática específica, por mais ampla que esta problemática seja. Por outro lado, liberta a obra para uma investigação metodológica que, esta, sim, aponta para elementos de maior perenidade teórica do autor, aumentando seu legado

para a tradição marxista de pensamento independente de seu inegável protagonismo político.

Neste sentido, o “Imperialismo...” é uma obra que mantém a metodologia totalizante e dinâmica da política internacional assim como desenvolvida nos textos jornalísticos de Marx e Engels, deixa latente uma percepção plural sobre as causas da guerra e avança, em, pelo menos, um elemento teórico essencial, o papel do desenvolvimento econômico nacional como fator para a interpretação da dinâmica entre paz e guerra.

A nosso ver isso contradiz a interpretação mais comum, tanto entre certas interpretações marxistas quanto entre seus críticos (ARON, 1979: BOBBIO, 1988; MELLO, 1999 e GULLO, 2014), que afirma haver uma redução da dinâmica da política internacional e da dialética entre guerra e paz aos seus fatores econômicos, sob determinação imediata da lógica de acumulação do capital.

Obviamente nas obras de Lenin a política internacional e a guerra assentam-se sobre uma base econômica que lhes confere um caráter de classe, porém, a influência desta base econômica não poderia ser compreendida isoladamente, sobre o risco do apagamento de inúmeras mediações sobredeterminantes, que redundariam em inevitáveis erros políticos e teóricos.

Apesar de não formulado como princípio interpretativo, estão presentes além do interesse de classe, outras particularidades históricas de suma importância para a compreensão teórico-política da guerra em curso, tais como: a percepção de vantagens estratégicas advindas do desenvolvimento tecnológico, o interesse político das frações de classe dirigentes no aparato de Estado, as diferenças nas formas de acumulação de capital entre essas mesmas frações das classes dirigentes, o impacto da guerra no desenvolvimento da consciência de classe e o inegável apelo ideológico nacionalista fomentado entre as classes trabalhadoras europeias pelas “suas” burguesias nacionais, contra as identidades nacionais das potências rivais;

> O aumento dos armamentos, a extrema agudização da luta pelos mercados na época do estádio atual, imperialista, de desenvolvimento do capitalismo nos países avançados e os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas, as da Europa Oriental, deviam conduzir inevitavelmente, e conduziram a esta guerra. Conquistar terras e subjugar nações estrangerias, arruinar a nação concorrente, saquear

> as suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e de outros países, a desunião e o entontecimento nacionalista dos operários e o extermínio de sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado – tal é o único real conteúdo, significado e sentido da actual guerra.
> Difundindo a fábula de uma guerra defensiva da sua parte, a burguesia alemã escolheu de facto o momento mais favorável, do seu ponto de vista, aproveitando os seus últimos aperfeiçoamentos da técnica militar e adiantando-se aos novos armamentos, já planejados e decididos pela Rússia e pela França. (LENIN, 1986b, p. 559-560)

São perceptíveis dois aspectos. Em primeiro lugar, a guerra é um fenômeno totalizante situado historicamente, portanto, sua compreensão não deve ser construída através de modelos teóricos abstratos ou mecânicos, que se situem fora da análise histórica, econômica e política. Em suma, a guerra deve ser analisada em seu processo de devir histórico aberto a inúmeras influências.

Em segundo lugar, o fato de que o autor reconhece que há uma multiplicidade de aspectos relevantes para a sua eclosão e seu desenvolvimento. Aqui residem indicações de uma pluralidade causal entre fatores econômicos, ideológicos e políticos da guerra. Não são formuladas como uma metodologia de interpretação para a análise concreta das guerras futuras, muito menos uma teoria abrangente, mas permitem que os pensadores da tradição marxista de pensamento nas RI possam encarar esse debate escapando da armadilha economicista que se tornou usual no século XX.

Ao contrário das escolas teóricas realistas e liberais em RI que partem de idealizações a-históricas sobre uma pretensa natureza humana, – tendencialmente má em Maquiavel (2004) e Hobbes (1997); ou tendencialmente boa em Kant (2008) e Locke (2001) – como base para a compreensão do comportamento potencialmente belicoso dos Estados, ou como base para o desenvolvimento das lógicas de cooperação e de construção das regras e padrões pacíficos para a resolução dos conflitos entre as nações, o princípio metodológico presente no pensamento leninista aponta para a necessidade de compreensão histórica desta dinâmica.

Não há em sua obra um determinismo natural do comportamento humano, muito menos seria viável sua extrapolação para o comportamento estatal nas relações internacionais. O desenvolvimento desigual e combinado das nações se dá em relação ao conjunto de regras e padrões de convívio internacional consolidado em uma correlação de forças situada historicamente e determinada por um conjunto de potências mais poderosas. Estas fundam regras, padrões e limites para a acumulação econômica e o desenvolvimento do limiar de poder entre todas as nações envolvidas. Utilizamos aqui o conceito de "limiar de poder" tal como formulado por Marcelo Gullo enquanto, "um quantum de poder mínimo necessário abaixo do qual cessa a capacidade de autonomia de uma unidade política […] é, então, o poder mínimo que um Estado necessita para não cair no estágio de subordinação em um momento determinado da história" (GULLO, 2014, p.45).

Obviamente, as relações assimétricas de poder conferem privilégios os quais as principais potências, aquelas que alcançaram o limiar de poder, procuram preservar enquanto às demais resta tomar a decisão sobre a sua aceitação ou a insubordinação.

Mesmo entre as potências beneficiadas pelo conjunto de regras desse sistema interestatal, os ritmos de crescimento econômico são desiguais e combinados historicamente o que também leva as mudanças entre as nações que alcançam o limiar de poder, ou àquelas que entraram em decadência e não mantém mais a condição anterior. A nova correlação de forças objetiva, que potencialmente se desenha, entra em choque com as regras e limites estabelecidos em um momento histórico anterior, ou seja, em uma correlação de forças anterior.

Na maioria das vezes, a última forma de resolução possível extrapola as negociações e se materializa no campo de batalha, exatamente o que ocorreu em 1914. Este princípio teórico-metodológico e radicalmente histórico para a compreensão da dinâmica relação entre paz e guerra, é o fio condutor das obras citadas de Lenin em 1914 e 1916 e continua válido mesmo após os mais de cem anos que nos separam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Ed. UnB. 1979.

BOBBIO, N. **As Relações Internacionais e o marxismo**. In: *Ensaios escolhidos* São Paulo: C. H. Cardim, 1988.

COSTA, Luís. A. A. **Marxismo e as Relações Internacionais: a noção de totalidade.** Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Relações Internacionais, Escola de Administração/LABMUNDO/UFBA, 2009.

COUTINHO, C. N. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DEUTSCHER, Isaac. **Stalin, a história de uma tirania.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Trotsky: o profeta armado, 1879-1921.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Muniz. **Marx, Engels e o sistema de poder mundial no século.** In: *Crítica Marxista,* n. 21, 2005.

GILL, Stephen (Org.):**Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais** Ed. UFRJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GULLO, Marcelo. **A Insubordinação fundadora. Breve história da construção do poder pelas nações**. Florianópolis: Insular, 2014.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

LENIN, Vladimir. I. **A Guerra e a Socialdemocracia da Rússia**. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986b.

_____. **El Socialismo y La Guerra**. In: *Tres artículos de Lenin sobre la guerra y la paz***.** Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976, disponível no link http://www.marxists.org/

_____. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986a.

MARX, Karl. **Prefácio a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

RAMOS, Leonardo César Souza. **Materialismo histórico e estudos internacionais**. Janeiro 2006 disponível no link http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=454 acesso em novembro/2016.